

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A 13 de novembro de 2017, aquando da apresentação do Programa Orçamental da Saúde, para o corrente ano, o Ministro da Saúde referiu que *“será lançado ainda no corrente ano de 2017 um vasto plano de redução do stock da dívida e dos pagamentos em atraso, no valor global de 1,4 mil milhões de euros”*.

Para que não subsistisse qualquer dúvida sobre o alcance do referido anúncio, o referido membro do Governo afirmaria, ainda, o seguinte: *“É verdade que a dívida total do SNS em Portugal, neste momento, são 2 mil milhões de euros, é verdade que a dívida vencida são 1,4 mil milhões de euros e também é verdade que os pagamentos em atraso são 900 milhões de euros e é por isso que estamos em condições de hoje aqui, perante a Assembleia da República, afirmar que nós iremos implementar um programa de imediato, que se aproxima de 1,5 mil milhões de euros, que tem por objetivo reduzir esse encargo (...) e que será concretizado do seguinte modo: até 31 de Dezembro de 2017, um reforço dos hospitais em termos de tesouraria de cerca de 400 milhões de euros, até 31 de Dezembro [de 2017] um aumento do capital social dos hospitais EPE de cerca de 500 milhões de euros e, em 2018, no início de 2018, o lançamento de um novo aumento de capital também no valor de 500 milhões de euros”*.
Passado o final do ano de 2017, verifica-se, na execução orçamental de janeiro de 2018, que, não só a dívida do Serviço Nacional de Saúde (SNS) não decresceu, como aumentou e de forma significativa, assim demonstrando, de forma categórica, o não cumprimento da referida promessa do Ministro da Saúde.

Na verdade, segundo a informação oficial disponível na presente data, só entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018:

- A dívida total do SNS aumentou 194 milhões de euros (+10,4%), de 1.870 milhões de euros para 2.064 milhões de euros (*Portal do SNS*, a 12.3.2018);
- A dívida vencida do SNS derrapou 226 milhões de euros (+17,7%), de 1.274 milhões de euros para 1.500 milhões de euros (*Portal do SNS*, a 12.3.2018);
- Os pagamentos em atraso dos hospitais EPE registaram um agravamento de 114 milhões de euros (+13,6%), de 837 milhões de euros para 951 milhões de euros (*Síntese de Execução Orçamental*, DGO, fevereiro de 2018).

Já quando se compara a evolução da dívida do SNS, desde que o atual governo iniciou funções, o resultado é verdadeiramente assombroso. Com efeito:

- A dívida total do SNS aumentou 627 milhões de euros (+43,6%), de 1.437 milhões de euros para 2.064 milhões de euros (*Portal do SNS*);
- A dívida vencida do SNS derrapou 648 milhões de euros (+76,1%), de 852 milhões de euros para 1.500 milhões de euros (*Portal do SNS*);
- Os pagamentos em atraso dos hospitais EPE registaram um agravamento de 500 milhões de euros (+111%), de 451 milhões de euros para 951 milhões de euros (*Síntese de Execução Orçamental*, DGO).

Perante este autêntico descalabro, não surpreende que o Ministro da Saúde tenha admitido, no passado dia 28 de fevereiro, a existência de “*uma quantidade significativa*” de hospitais em “*falência técnica*”.

Igualmente não surpreende que, um mês antes, a 31 de janeiro de 2018, o Ministro das Finanças tivesse reconhecido, relativamente ao setor da Saúde, que “*Os pagamentos em atraso são um problema que o Governo reconhece e está a atacar*”.

Espantosa declaração, porém, quando é próprio Ministério das Finanças a bloquear o pagamento das dívidas dos hospitais públicos aos respetivos fornecedores, negando às administrações hospitalares autorização para proceder, de forma autónoma, a esses mesmos pagamentos, muitos dos quais remontam, ainda, a 2016.

Certo é que a promessa de reduzir o *stock* da dívida do SNS, ainda em 2017, não foi cumprida, não o sendo menos que os primeiros meses de 2018 não inverteram a tendência de agravamento da referida dívida.

Em face desta preocupante derrapagem das contas da Saúde, o Governo criou, no passado dia 8 de março, uma “*Estrutura de Missão para a Monitorização do Programa Orçamental da Saúde*”, colocando-a “*Na dependência dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Saúde*”.

Segundo o comunicado do Conselho de Ministros, então divulgado, a referida estrutura ficará “*responsável pelo acompanhamento do desempenho financeiro das entidades do Serviço Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde*”.

A criação desta estrutura consubstancia uma inaceitável situação de dependência e subalternização do Ministério da Saúde face ao Ministério das Finanças.

Mas, tão ou mais grave, ao reduzir a autonomia do Ministério da Saúde, esta nova estrutura de missão erigir-se-á enquanto fator potenciador da ineficiência na gestão do SNS, em particular dos serviços de saúde nele integrados, funcionando como autêntico travão da despesa das unidades de saúde, com claro prejuízo para o seu funcionamento regular e, conseqüentemente, para o próprio acesso dos doentes aos cuidados de saúde.

E a verdade é que se multiplicam, de Norte a Sul do País, as situações de colapso nos hospitais do SNS, para o que muito tem contribuído a asfixia financeira que o Ministério das Finanças está a impor ao setor da Saúde.

Exemplos desta degradação podem ser facilmente encontrados na generalidade dos hospitais públicos, desde a sobrelotação no internamento à excessiva demora no atendimento nas urgências, desde a escassez de médicos e de enfermeiros ao incompreensível bloqueio e arrastamento das negociações com os sindicatos dos profissionais de saúde.

Igualmente grave é a acentuada quebra do investimento público que o SNS sofreu nos últimos dois anos, superior a 27% por comparação com o último ano de governação do Governo PSD/CDS.

Este desinvestimento no SNS tem tido sérias repercussões na disponibilidade, melhoria e construção de novos espaços de saúde, bem como na renovação de equipamentos de diagnóstico, de cirurgia, de tratamento e de reabilitação, daí resultando um forte prejuízo para a qualidade e a acessibilidade dos utentes aos serviços e cuidados de saúde públicos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do PSD, vêm, por este meio, dirigir ao Governo, através do Ministro da Saúde, as seguintes perguntas:

1. A decisão governamental, no sentido de criar uma “*Estrutura de Missão para a Monitorização do Programa Orçamental da Saúde*”, constitui mais uma demonstração de como o Ministério da Saúde perdeu a sua autonomia e está dependente do Ministério das Finanças?
2. Como se processará, na prática, o acompanhamento do desempenho financeiro das entidades do Serviço Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde por parte da “*Estrutura de Missão para a Monitorização do Programa Orçamental da Saúde*” agora criada, designadamente no que se refere à realização da despesa hospitalar e ao pagamento de dívidas a fornecedores?
3. Verificado que está o não cumprimento do compromisso de, “*até 31 de Dezembro de 2017*”, o Governo proceder a “*um reforço dos hospitais em termos de tesouraria de cerca de 400 milhões de euros [e a] um aumento do capital social dos hospitais EPE de cerca de 500 milhões de euros*”, no sentido de reduzir o *stock* da dívida e dos pagamentos em atraso, qual é o novo prazo que o Governo assume para aquele desiderato, no caso de, evidentemente, ainda o manter?
4. Em face do aumento galopante da dívida do Serviço Nacional de Saúde, verificado principalmente nos últimos dois anos e meio, que medidas vai o Governo tomar no sentido de devolver a sustentabilidade económico-financeira ao SNS e de impedir a derrapagem da dívida dos serviços públicos de saúde, principalmente no caso das unidades hospitalares?

Palácio de São Bento, 12 de março de 2018

Deputado(a)s

ADÃO SILVA(PSD)

RICARDO BAPTISTA LEITE(PSD)

LUÍS VALES(PSD)